

APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea perpassa por diversas transformações que impõem uma maior reflexão, debate e aprofundamento sobre diversas questões controversas, que influenciam a reconstrução dos paradigmas do Direito no contexto do Estado Democrático de Direito. Nesse cenário, impõem-se a releitura crítica e construtiva dos modelos jurídicos, por meio do estudo da moderna doutrina e do indispensável exame da jurisprudência dos Tribunais Pátrios, permitindo-se, assim, a (re)apreciação de suas peculiares repercussões hermenêuticas *in concreto*.

A Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva apresenta-se como um importante instrumento de difusão da pesquisa científica, da análise crítica do Direito e de fomento à produção intelectual na área jurídica, sob uma perspectiva interdisciplinar de estudo.

O presente número do periódico compõe-se por trabalhos cujas temáticas proporcionam ao leitor relevantes análises sobre questões do contexto hodierno do Direito, sob a imprescindível perspectiva do Estado Democrático do Direito.

No primeiro artigo, apresentamos a contribuição de José Luiz Quadros de Magalhães, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Faculdade do Sul de Minas, em texto intitulado “O novo constitucionalismo latino-americano 2.” O artigo aborda as principais características do novo constitucionalismo e analisa os pontos de ruptura com o constitucionalismo moderno europeu.

Leandro Caletti, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade Meridional/RS, no artigo “A narração constitucional e Robert Cover” escreve sobre as interações entre a narração constitucional e a religiosidade, partindo da premissa de um modelo *paideico* propugnado por Robert Cover.

O terceiro artigo, escrito por Vinícius da Costa Gomes e Virgília Gomes Fantini, Mestres em Direito Público pela Universidade FUMEC/MG, analisa a responsabilidade do chefe do executivo, a partir do estudo da possibilidade de aplicação dos institutos do impeachment, recall e abberufungsrecht.

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e Thaís Mudadu Carmona Machado, Pesquisadora de Iniciação Científica no Projeto República na Universidade Federal de Minas Gerais e no Núcleo Jurídico de Políticas Públicas (NUJUP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em trabalho cujo título é “O sistema partidário brasileiro e a democracia”, apresentaram estudo relacionado ao número de partidos políticos no Brasil e sobre a possibilidade de diminuição do número de siglas partidárias no sistema brasileiro.

Adilson Silva Ferraz, Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica Argentina (UCA) e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, apresentou o artigo “El derecho como regulador del discurso ideológico de la fraternidad en una sociedad posneoliberal”, no qual expõe que “la inclusión de la fraternidad como elemento jurídico puede ayudar a impedir el uso ideológico del propio derecho (cuando este se vuelve contra los derechos fundamentales) y servir como una barrera de contención al uso ideológico de la fraternidad moral, aunque haya siempre el riesgo de ser utilizada para profundizar el abismo entre la utopía y la práctica, volviéndose un mecanismo jurídico de opresión social”. Trata-se de interessante temática cuja abordagem a partir de uma perspectiva filosófica contribui para a reflexão acerca da relação do Direito com a fraternidade.

Heitor Romero Marques, Doutor pela Universidad Complutense de Madrid/Espanha e Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco/MS, e João Vitor Alves dos Santos, acadêmico de Direito da Universidade Católica Dom Bosco/MS, discutem em seu artigo as consequências socioeconômicas da concentração fundiária do ponto de vista dos Direitos Humanos. No trabalho, os autores discorrem sobre a atual situação da implementação da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul como forma de democratização ao acesso à terra, trazendo relevante contribuição a questão.

No sétimo artigo, apresentamos como contribuição estrangeira, o texto “Comentários aos Acórdãos Viking e Laval, de autoria de Helena Telino Neves, Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Portugal e Raphaella Viana Silva Asfora, Doutoranda em Direito e Ciências Sociais pela Universidad Nacional de Córdoba/Argentina. O trabalho aborda o direito de greve no âmbito da União Europeia, a partir do estudo de Acórdãos do Tribunal de Justiça da União Europeia, especificamente, os casos Laval e Viking, os quais versam sobre os limites comunitários ao exercício do direito de ação coletiva.

Outra relevante discussão no contexto do Direito Privado contemporâneo é apresentada ao leitor no texto “Dualismo e Prescrição”, de César Fiuza, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade FUMEC/MG, e Sávio Lúcio Matos da Silva, Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Os pesquisadores realizam uma interessante releitura da incidência da prescrição em face da autonomia concedida ao direito de agir e da teoria dualista das obrigações, para em sede de conclusão destacar que a adequada compreensão do modelo jurídico da prescrição deve ser considerada à luz da responsabilidade do devedor, e não mais pela perspectiva de que a prescrição incide sobre a ação ou pretensão do credor.

Jefferson da Mata Almeida, Mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos/MG, abordou temática relacionada à controvérsia envolvendo a cédula de crédito bancário como valor mobiliário. O artigo analisou a natureza jurídica do

referido título de crédito, discutindo a (im)possibilidade de subsunção do título ao mercado de capitais sob o imprescindível exame da doutrina e jurisprudência.

Encerrando o presente número da Revista, Vinícius Lott Thibau, Doutorando e Mestre em Direito Processual pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e André Cordeiro Leal, Doutor e Mestre em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade FUMEC/MG, apresentam o artigo "Prova e Jurisdicionalismo no Novo CPC Brasileiro." O texto propõe discutir criticamente o tratamento conferido ao instituto da prova no âmbito do Novo Código de Processo Civil brasileiro. Para tanto, os autores discorrem sobre a temática por meio da análise da doutrina nacional e estrangeira, tecendo abalizadas críticas à concepção adotada pelo diploma processualista, que em suas palavras "em nada colaborando para a implementação da democraticidade jurídica pretendida pela Constituição de 1988."

Por fim, cumpre destacar a honra de apresentar mais um número da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, elaborado a partir da produção intelectual de renomados autores, no intuito de permitir um olhar crítico e construtivo dos novos paradigmas que permeiam o Direito na contemporaneidade.

PROFESSOR DOUTOR MICHAEL CÉSAR SILVA

Editor da Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva